



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

LEI Nº 7.048, DE 3 DE SETEMBRO DE 2024.

DISPÕE sobre a implementação de Campanha de Prevenção e Tratamento sobre o vírus linfotrópico da célula T humana HTLV-I e HTLV-II no Estado do Amazonas.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Campanha de Prevenção e Tratamento sobre o vírus linfotrópico da célula T humana HTLV-I e HTLV-II no Estado do Amazonas, com o objetivo de promover orientações sobre formas de transmissão, diagnóstico e tratamento.

Art. 2º Para fins desta Lei, o HTLV é um retrovírus da mesma família do HIV (causador da AIDS), que infecta a célula T humana, existindo dois tipos desse vírus: o HTLV-I e o HTLV-II, estando o HTLV-I associado a doenças neurológicas graves e degenerativas, enquanto o HTLV-II associado a algumas doenças neurológicas semelhante à HAM/TSP e imunológicas.

Art. 3º A Campanha será coordenada por órgãos públicos em parceria com entidades médicas, psicológicas e educacionais, que deverão fornecer informações e materiais para a realização das ações previstas no programa.

Art. 4º A Campanha de conscientização deverá abordar, no mínimo, os seguintes temas:

I – fornecer informações e orientações sobre os sintomas, tratamentos e formas de prevenção do vírus;

II – garantir o acesso ao tratamento para pessoas infectadas em unidades de saúde pública do Estado;

III – criar protocolos de atendimentos específicos para pacientes infectados, visando garantir a continuidade do tratamento;

IV – capacitar profissionais da saúde para identificação e tratamento de pessoas acometidas pelo vírus;

V – dar visibilidade ao problema e conseguir avanços nas políticas públicas de saúde.

Art. 5º A Campanha de conscientização deverá ser realizada por meio de palestras, seminários, cartilhas, material informativo, entre outros meios de comunicação.

Art. 6º - Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.